

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



2.	ECONOMIA, FINANÇAS, INVESTIMENTOS
,	

RIO DE JANEIRO, 9 DE MARÇO DE 1965.

NA INSTALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PLANEJAMENTO.

Há um ano, a palavra planejamento soava como insólita inconseqüência em nosso contexto político e administrativo. O País se esvasia no esfôrço de resistir aos instrumentos de demolição de sua ordem jurídica e de sua estrutura econômica, sendo a autoridade utilizada para destruir o princípio da autoridade. Insensato seria esperar ação planificada, quando o que se buscava era salvar as instituições e o próprio regime democrático; ao contrário da promessa inscrita em nossa bandeira, não tínhamos ordem e perdêramos a capacidade para gerar progresso.

Menos de um ano depois, podemos não apenas falar em planejamento mas, até mesmo, exigir que êste se aperfeiçõe e se constitua em instrumento de conjugação de tôdas as fôrças representativas da sociedade brasileira.

O ato de instalação dêste Conselho, com que marcamos o início de uma nova etapa na técnica de administração do atual Govêrno, diz, por sua própria significação, quanto caminhamos no sentido de definir uma ação coletiva estratégica com apoio na adequação entre aspirações viáveis e os meios disponíveis para concretizá-las. Quis mais o Govêrno: desejou que êsse processo de ajustamento entre meios e fins refletisse a convergência de interêsse e de idéias de tôdas as fôrças do País que devem empenhar-se em promover o desenvolvimento, eliminar as tensões sociais e incorporar as grandes massas trabalhadoras aos benefícios do crescimento econômico. Essa união de esforços é também uma divisão de responsabilidades entre o Govêrno e

os vários grupos econômicos, técnicos e profissionais. Testemunha o nosso propósito em democratizar o exercício do Poder, abrindo-o à participação de quantos tenham uma contribuição legítima para a ordenação de nossa vida econômica e social. Os vários grupos representados neste Conselho foram convocados pelo Govêrno para uma tarefa de verdadeira integração nacional; pelo menos, de verdadeira integração do desenvolvimento nacional. Sem renunciar ao direito democrático da crítica, êstes grupos de empresários, de técnicos e de trabalhadores devem assumir o dever, também democrático, de sugerir, de apresentar alternativas e de criar novas áreas de opção governamental.

Entre a utopia e a realidade do planejamento democrático, soube o povo brasileiro suportar, com rara compreensão, as duras provações, que foram também privações, do período de retificação de valôres, cujo início, em maio do ano passado, caracterizou a primeira fase do combate à inflação. Esta fase de provações, tudo está a indicar, chegou a seu fim. Não pretendo dizer, com isto, que o Govêrno confie na reprodução do milagre bíblico do maná. Apenas é justo assinalar o encerramento das medidas de caráter corretivo com que o Govêrno, para ficar com o mal menor, também contribuiu para a elevação dos preços, revelando custos reais que se escondiam sob a capa dos subsídios a determinados produtos e das tarifas baixas dos serviços públicos.

Hoje, pode o Govêrno anunciar que está em condições de iniciar a verdadeira batalha pela estabilização dos preços. O panorama da economia brasileira já não é o mesmo que encontramos. Os falsos remédios que não doíam mas também não curavam, foram substituídos, e se evidenciam os sintomas de recuperação do organismo econômico.

Foram absorvidos os principais reajustamentos de preços necessários à correção das distorções do mercado. Os últimos reajustamentos de preços de combustíveis e trigo e tarifas do transporte e energia poderão ser absorvidos no decurso do corrente mês e o Govêrno oferece às emprêsas vários incentivos para habilitá-las a absorver êsses custos ao invés de transferi-los ao consumidor

A situação das finanças federais já está sob contrôle; o Govêrno demonstrou, pela primeira vez em muitos anos, capacidade para seguir fielmente uma programação financeira austera.

O crédito bancário está disciplinado e poderá agora ser expandido seletivamente em favor das emprêsas que se associarem ao esfôrço de estabilização.

Completou-se, no princípio dêste mês, o ciclo de reajustamentos salariais. Procurou-se fixar o salário mínimo em nível compatível com as possibilidades da economia, de modo a evitar repercussões desorganizadoras da hierarquia salarial. E ao mesmo tempo se tomam providências complementares para preservar, no futuro, o poder aquisitivo dos assalariados, sempre os mais prejudicados, porque indefesos, na sinistra corrida entre salários e preços.

A situação cambial está regularizada e a taxa cambial atingiu um nível realista que tende a se tornar estável.

A oferta de produtos alimentícios melhorará a partir dêste e do próximo mês.

Existem, portanto, condições para a efetiva estabilização da moeda, desde que haja uma trégua nos salários e nos preços, e se consiga eliminar a dimensão meramente psicológica das expectativas altistas. Existem, reafirmo, condições para se dizer ao povo — a quem não pretendemos iludir nem mistificar — que o seu sacrifício não foi em vão e nem será por nós prolongado.

Essa mudança de perspectiva face ao panorama econômico-financeiro encontrado pela Revolução, assim como exigiu do povo compreensão e sacrificio, exigiu também do Govêrno firmeza diante da hostilidade de alguns e da má-fé de muitos.

Impunha-se a correção de valôres, porque o congelamento dos preços de vários produtos e serviços estava provocando duplo impulso inflacionário. A sustentação dos preços, sob a forma de subsídios, agravava o deficit do Tesouro. Recorria-se às emissões de papel-moeda e, dêsse modo, intensificava-se a desvalorização da moeda.

O congelamento dos preços dos produtos controlados redundava em sério desestímulo à produção e aos investimentos. É reconhecida a deficiência dos serviços dos transportes e de comunicações; é notória a falta de habitação. E, sobretudo, êste ano, seria alarmante a escassez da oferta de produtos agropecuários, se o Govêrno não os tivesse, em tempo, liberado e estimulado a produção, com oportuna garantia de preços mínimos, e redobrada assistência técnica e financeira.

A eliminação dos subsídios do petróleo, do trigo, das tarifas dos serviços públicos, e a supressão dos tabelamentos provocariam a alta geral dos preços. É fácil demonstrar que êsse aumento se manteve em nível muito inferior ao que se teria realmente verificado caso o Govêrno prosseguisse na política dos subsídios e do tabelamento. É fácil demonstrar que a elevação dos preços, em decorrência da política de correção de valôres, conduz à estabilização e ao progresso econômico, ao passo que a política de subsídios e do tabelamento intensifica a alteração inflacionária e leva à estagnação, diminuindo nossa capacidade de investir em rodovias, na expansão da Petrobrás, no aumento do potencial de energia elétrica, no melhoramento dos transportes em geral e na construção de habitações.

Todavia os empresários, os assalariados e os consumidores em geral viveram tantos anos sob o império da inflação que não conseguem distinguir entre a alta de preços originária de correção de valores, e a que reproduz a própria inflação. Para muitos dêles não há lugar para indagação e muito menos para explicação. Se os preços subiram em 1964, necessàriamente subirão em 1965. É essa psicologia viciada que procuramos corrigir vigorosamente a partir dêste momento.

A fase de retificação de valôres, bem sabemos, provocou certo grau de desestímulo popular à ação do Govêrno. Não era nosso propósito agradar, mas corrigir. Não viemos para capitular diante da desordem, de que muitos se serviam, mas para instaurar a ordem, de que todos se beneficiarão. Aceitamos, por essa razão, o desafio temporário da impopularidade na certeza de que o povo, mais cedo do que pensam os demagogos, sabe distinguir os que o servem dos que dêle se servem.

A primeira fase da programação governamental tinha, pela própria urgência e gravidade dos problemas, um caráter imperativo que dificultava o diálogo e amargurava a controvérsia. Ao perigo da inação, preferimos correr o risco da imperfeição.

Operamos, no auge da crise, com uma terapêutica de emergência, que se vem revelando oportuna e adequada, mas que precisa ser reforçada e institucionalizada em função de sua própria legitimidade a longo prazo. É êsse um dos propósitos da criação dêste Conselho.

O Govêrno não se contenta com o simples combate à inflação. O saneamento financeiro é condição e não fim de programa do Govêrno. É base para o desenvolvimento, que não se faz com simples decretos e portarias congelando tarifas e subsidiando produtos, mas aumentando a produtividade e ampliando a capacidade de investimento.

Alcançados os primeiros objetivos do programa de contenção do processo inflacionário, pode e deve o País preparar-se para a retomada de seu desenvolvimento econômico. Preparo que reclama, numa sociedade que se quer democrática, um planejamento também democrático, isto é, incorporando no seu esfôrço as emprêsas particulares, os sindicatos, as classes produtoras em geral, como a própria opinião pública. Esse o outro sentido que justifica a criação do Conselho Nacional de Planejamento.

O Govêrno espera das classes empresariais um sentimento de compreensão e sacrificio semelhante ao de que estão dando prova as classes trabalhadoras. A fase da contenção de preços que agora podemos iniciar repousa, em grande parte, no esfôrço que êsses empresários manifestaram para compreender que o aumento de preços não substitui o aumento de produtividade numa economia que precisa expandir-se. Assim como o verdadeiro trabalhismo repousa numa política de defesa do aumento real de renda e de oportunidades de emprêgo que só o desenvolvimento econômico pode oferecer, devem os empresários compenetrar-se de que não existe futuro para a iniciativa privada no egoismo e na exacerbação de lucros que não reflitam o aumento real da produção.

Para marcar a transição da fase de retificação de valôres para a fase de estabilização, pode o Govêrno anunciar uma série de medidas que representam a efetivação do seu programa.

No setor das finanças públicas o deficit ficará nos limites programados, e será predominantemente financiado por meios não-inflacionários. E, detida a tendência de constante aumento dos deficits das autarquias, deveremos tê-lo substancialmente reduzido, em têrmos reais, em 1965 e 1966. Do mesmo modo que, para apresentar proposta orçamentária equilibrada para 1966, e conter a pressão inflacionária, canalizando todos os recursos possíveis para investimentos, o Govêrno porfiará, durante êste ano, em manter os atuais níveis de vencimentos dos servidores públicos.

Também a taxa cambial alcançou nível realista e tende a se manter estável. E, além de haverem sido acumuladas reservas cambiais nos últimos meses, o financiamento do deficit do balanço do pagamento em 1965 está assegurado pelo estímulo às exportações e pelo auxílio externo.

Setor importante nesse conjunto de medidas é o de preços públicos. O Govêrno determinará às emprêsas do Estado, particularmente às que operam em setores básicos como o da produção de aço, que mantenham os seus preços estáveis, procurando absorver custos através do aumento de eficiência, a fim de evitar repercussões inflacionárias sôbre a economia.

O Govêrno considera que os últimos reajustamentos dos preços de petróleo, trigo e tarifas de transportes colocaram êsses preços em nível realista e buscará evitar altas que perturbem o esfôrço de estabilização dos custos da produção agrícola e industrial.

Outrossim o Govêrno dará estímulos cambiais, creditícios e fiscais às emprêsas que assumirem compromisso formal de estabilizarem seus preços, absorvendo aumentos de custos através do incremento da produtividade, redução da margem de lucro e utilização das vantagens constantes da Portaria nº 71, baixada pelos Ministros da Fazenda e Indústria e Comércio e Planejamento.

Ao Congresso está proposta a redução do Impôsto de Renda em 1966 sôbre o lucro tributável, o capital de giro e a reavaliação do ativo das emprêsas que, durante 1965, realizarem sua receita, principalmente à base do aumento de produção e produtividade e não de remarcação de preços.

Também será encaminhada ao Congresso uma reorganização do mercado de capitais com o objetivo de desestimular as operações a curto prazo e com altas taxas de juros nominais, baseadas na expectativa de inflação futura; de criar mercados de capitais de empréstimo a prazo médio e longo; de restabelecer condições de desenvolvimento do mercado de acões: de conter. em limites razoáveis, o acesso de emprêsas estrangeiras ao mercado nacional de crédito, a fim de induzi-las a trazerem capitais e abrirem-se à participação nacional, praticando-se um nacionalismo autêntico e construtivo, que visa compensar as deficiências financeiras do empresário nacional, sem xenofobia e desconhecimento do importante papel do capital estrangeiro na atual fase do nosso desenvolvimento; de criar novos instrumentos de aplicação dos capitais, que estimulem a formação de poupanças e sua orientação para reforçar o financiamento das emprêsas privadas através do mercado de capitais.

O Govêrno se propõe a endossar, sob forma revista, projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados definindo a sonegação como crime penal e criando um sistema de tributação sôbre o patrimônio, à base de sinais exteriores de riqueza, com vistas a desencorajar o consumo ostentatório, induzir à poupança os grupos de alta renda, e atingir certas classes de renda com alto índice de sonegação.

O Govêrno cogita de uma redução temporária, no exercício de 1965, das faixas mais elevadas de salários públicos e privados, a fim de estimular a poupança, diminuir o custeio e atestar que os sacrifícios do combate à inflação devem ser distribuídos entre os vários grupos de assalariados, e não apenas sôbre os de baixa renda.

Quanto ao sistema tributário, o Govêrno apresentará emenda constitucional e projeto de lei visando disciplinar o impôsto de venda

e consignações, que pela sua múltipla incidência, inclusive sôbre produtos essenciais de abastecimento, se transforma em frente de pressões inflacionárias. Na mesma oportunidade procurará introduzir no sistema tributário nacional outras correções necessárias, como a transferência para a União do impôsto sôbre a exportação, a fim de habilitá-la a utilizar êsse impôsto como instrumento da política cambial e de comércio exterior.

A nova fase de estabilização exige que abandonemos velhos costumes de tôda uma geração viciada pelas distorções da inflação: o fatalismo do consumidor, que acredita na inevitabilidade da alta de preços e a êle se submete passivamente, em vez de especular em busca de quem vende mais barato; a indiferença do produtor à qualidade e custos, habituado a tudo vender, transferindo custos ao consumidor, despreocupado de eficiência, e protegido contra a concorrência pela exacerbação da demanda inflacionária; a ilusão do assalariado, seduzido pela promessa de altos salários nominais, superiores às responsabilidades reais da economia e que logo se esvaem na trágica espiral de salários e preços; a frustração do poupador, que vê sua moeda esvair-se e conclui em favor do consumo, da especulação, ou da exportação do seu dinheiro, em país tão necessitado de investimentos produtivos; a ostentação do consumidor de luxo, que afronta com seu desperdício e frivolidade o desespêro dos necessitados, e, em país pobre, exibe riqueza incompativel com o sentimento de solidariedade social e a urgência de concentrar todos os recursos possíveis em investimentos parao desenvolvimento.

Nenhum dêsses vícios provocados pela longa excitação inflacionária será abandonado sem resistências. O trabalhador, acostumado à ciranda dos reajustamentos salariais, tende a acreditar que a inflação continuará e que só os seus salários serão objeto de contenção. Certo grupo de empresários também prefere acreditar que a inflação prosseguirá, e resiste a aderir à nova programação financeira. Uns se iludem com os salários nominais, outros com lucros fictícios; uns e outros acreditam ter descoberto a receita de se protegerem da inflação e não demonstram perceber que sua renda real e o seu potencial de investimento são devorados dia a dia pela erosão do poder aquisitivo da moeda.

Mas são sobretudo os assalariados, menos dotados de mecanismos de defesa, os mais cruelmente feridos pelo processo inflacionário, que entretanto não será jamais curado pela simples elevação nominal de salários, logo anulada pela corrida de custos e preços.

Eis porque o Govêrno acredita que o contrôle da inflação é princípio de justiça social, não podendo haver verdadeiro trabalhismo quando a participação dos assalariados na distribuição da renda nacional é continuamente restringida pelas distorções econômicas da inflação. Eis também porque confiamos em que as classes trabalhadoras, amadurecidas para a compreensão de sua nobre missão na vida social brasileira, saberão aliar-se ao esfôrço do Govêrno no combate à inflação, renunciando à política de salários nominalmente altos e poder aquisitivo baixo. Preferirão adotar a realista posição de pretenderem salários que se elevam na proporção do aumento da produtividade e da riqueza nacional.

O Govêrno confia também em que a grande maioria das emprêsas se associará ao programa de estabilização de preços. Tôdas as que assim procederem contarão com o amparo decisivo do Govêrno, quer no setor de crédito, quer quanto à diminuição de encargos fiscais.

A não ser nos serviços de infra-estrutura e naqueles setores onde a lei determina o monopólio governamental, ou ainda onde a realidade econômica, pelo vulto dos investimentos, reclama a presença pioneira ou supletiva do Govêrno, é sôbre o dinamismo da iniciativa privada que deve repousar o desenvolvimento brasileiro. Seja como instrumento de eficiência econômica, seja como fator de preservação das liberdades democráticas. Pretende o Govêrno fortalecer o empresariado nacional e não a êle substituir-se.

Bem sei que se procura confundir a opinião pública, explorando as angústias momentâneas de certos setores do empresariado brasileiro ainda não convencidos da firmeza da política de combate à inflação. Tenta-se lançar sôbre o Govêrno a ignóbil suspeita de que procura debilitar as emprêsas nacionais para facilitar a sua encampação por grupos estrangeiros, quando na realidde tudo tem feito para racionalizar o sistema tributário num sentido favorável à capitalização das emprêsas. Do mesmo modo que se busca mo-

bilizar recursos externos em apoio do empresario nacional, para dar-lhe melhor acesso aos mercados internacionais e para encorajar a nacionalização pacífica de emprêsas estrangeiras promovendo sua abertura à participação nacional. É preciso que o povo identifique a fonte e o sentido dessas suspeitas. Elas partem de setores que não pretendem aceitar o fim da inflação porque tiram da especulação a sua razão de ser e de agir. E não são apenas emprêsas nacionais, mas também algumas estrangeiras, que se comprazem com essa distorção de mercado e que mascaram posições "desenvolvimentistas", para melhor encobrirem seus propósitos de persistir na inflação ou de manter privilégios de mercado.

Temos uma democracia a construir, e êste é menos o programa de um govêrno que a exigência de uma consciência histórica que se debruça sôbre os erros do passado com a determinação de corrigílos. Já se disse que a crise da democracia em nosso tempo é menos uma crise de valôres do que de imperfeita realização dêsses valôres. Pelo menos é o que ocorre entre nós, e que leva o atual Govêrno a traduzir o seu ideal democrático na abertura de oportunidades para todos, na ampliação dos quadros que participam ativamente do Poder Político e na realização da justiça social com abundância e não com miséria.

Conclamo, pois, todos os setores da vida nacional — os empresários, os assalariados, os consumidores — agora que completamos o ciclo de reajustamentos de valôres para uma trégua voluntária de salários e de preços, não como um fim em si mesmo, mas como base para um desenvolvimento estável. A vitória contra a inflação não é uma conquista do Govêrno e uma derrota da oposição. É uma vitória de tôda a Nação. Se fracassarmos na luta contra a inflação, perderá o Govêrno, porém não triunfará a oposição, pois o Brasil terá falhado ao seu próprio destino.

Não há, entretanto, porque temer êsse fracasso. Neste sentido, é auspicioso registrar que tôdas as medidas corretivas de emergência, aprovadas na reunião ministerial de 30 de abril do ano passado, foram postas em execução, e produziram os resultados esperados, graças ao esfôrço conjunto, coordenado e harmônico dos órgãos do Poder Executivo e a colaboração recebida do Poder Legislativo tôdas as vêzes em que foi solicitada.

Agora, nesta nova etapa que se inicia, iremos somar ao esfôrço do Poder Público aquela mesma determinação do povo, cuja compreensão é a pedra angular do que nos propomos a construir em seu benefício. Um povo votado ao desenvolvimento nacional, que deseja edificado sôbre bases sólidas, profundas e essencialmente brasileiras.